

Termo de Referência 56/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
56/2025	253003-AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR/MS	PATRICIA MARIA LOPES VIEIRA PEIXOTO	07/05/2025 09:26 (v 2.2)
Status	PUBLICADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra	107/2025	33910.007991 /2025-12

1. Definição do objeto

1.1 Contratação de 4 (quatro) vagas no Encontro Anual sobre Avaliação de Tecnologias em Saúde (Health Technology Assessment International - HTAi), promovido pela organização Avaliação de Tecnologias em Saúde Internacional (HTAi), para as servidoras Patrícia Nascimento Goes, Ana Cecilia de Sá Campello Faveret, Flavia Cristina de Araújo Cordeiro e Marly D'Almeida Pimentel Corrêa Peixoto, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	CATSER	Descrição/Especificação	Quantidade	Valor da inscrição	Valor para pagamento antec (à vista)
1	25232	4 (quatro) vagas Encontro Anual sobre Avaliação de Tecnologias em Saúde (Health Technology Assessment International - HTAi), promovido pela organização Avaliação de Tecnologias em Saúde Internacional (HTAi)	04 (quatro)	US\$ 969,00	US\$ 3876,00 ou R\$ 22.170,72 e dois mil, cento e setenta reais setenta e dois centavos), considerando o câmbio de R\$ em 06/05/2025.
2		6 (seis) vagas nos Workshops pré-congresso do Encontro Anual sobre Avaliação de Tecnologias em Saúde (Health Technology Assessment International - HTAi), promovido pela organização Avaliação de Tecnologias em Saúde Internacional (HTAi)	06 (seis)	US\$ 95,00	US\$ 570,00 ou R\$ 3.260,40 (tr duzentos e sessenta reais e qu centavos)

1.2 O prazo de vigência da contratação é de será até 31 de Dezembro de 2025 a contar da emissão da Nota de Empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.3 O custo estimado total da contratação é de US\$ 4.446 ou R\$ 25.431,12(vinte e cinco mil, quatrocentos e trinta e um reais e doze centavos), considerando o câmbio de R\$ 5,72 em 06/05/2025, no site do Banco Central.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 Trata-se de necessidade de capacitação identificada no Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) 2025 da ANS. O PDP tem como objetivo estabelecer um efetivo planejamento das ações de capacitação de forma a nortear a formação e o desenvolvimento profissional dos servidores visando torná-los mais qualificados e aptos a enfrentarem os desafios com os quais a ANS se depara no cumprimento de sua missão institucional.

2.2 A capacitação externa, portanto, atende às diretrizes dos incisos I, V, VIII, XI e XVI da RA nº 83, de 2023, que dispõe sobre a Política de Desenvolvimento de Pessoas no âmbito da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS estando alinhada ao seu objetivo de promover o desenvolvimento dos servidores públicos nas competências necessárias à consecução da excelência na atuação da Agência, contribuindo com a Gestão Estratégica de Pessoas na ANS e desenvolvendo profissionais capacitados e comprometidos com a efetividade da regulação da saúde suplementar e com a melhoria contínua da gestão pública.

2.3 A necessidade a ser entendida é a de nº 213, consistente em "Analisar efetividade clínica para atuar na análise de incorporação de tecnologia em saúde, aperfeiçoando o modelo."

2.4 A atualização do Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde é hoje um dos processos mais complexos na ANS, tanto devido à adoção de metodologia de Avaliação de Tecnologias em Saúde – ATS, quanto pelos curtos prazos estabelecidos em lei para a análise e tomada de decisão quanto à inclusão de novas tecnologias no Rol.

2.5 O processo de atualização do Rol é essencial para a garantia de cobertura assistencial adequada e para o equilíbrio do setor de saúde suplementar, havendo necessidade de aprimoramento contínuo da equipe técnica responsável, o que inclui não apenas ter acesso aos conhecimentos de ponta a serem tratados nos eventos em pauta, como também à troca de experiências com colegas de outras agências de ATS no mundo.

2.6 Desde a edição da Resolução Normativa (RN) nº 439/2018 até a recente RN nº 555/2022, ora vigente, os avanços foram significativos no que diz respeito ao processo de atualização do Rol, destacando-se os seguintes: **(1)** o alinhamento às melhores práticas de avaliação de tecnologias em saúde (ATS) adotadas no Brasil, no âmbito do Sistema Único em Saúde (SUS), e no mundo; **(2)** o aperfeiçoamento dos métodos de ATS adotados pela equipe técnica, incluindo a avaliação da efetividade das tecnologias considerando-se aspectos específicos a cada uma delas, destacando-se o caso dos medicamentos oncológicos, que conformaram, em 2022, a maior parte das submissões; **(3)** a expansão das atividades de avaliação econômica em saúde, que incluem o cálculo de benefícios e custos das tecnologias avaliadas e o dimensionamento do impacto em termos de gastos para o setor de saúde suplementar; **(4)** a atualização contínua do Rol, a partir da introdução de processos de trabalho que permitem o atendimento dos enxutos prazos legais estabelecidos para a avaliação de tecnologias candidatas à incorporação à lista de procedimentos de cobertura obrigatória pela saúde suplementar; **(5)** a implantação do Sistema de Gerenciamento do Rol – SISROL, sistema informatizado que permite a gestão das tecnologias em saúde, destacando-se o módulo externo FormRol, através do qual são efetuadas as submissões de propostas de incorporação de tecnologias ao Rol; **(6)** o aprimoramento técnico contínuo da equipe técnica responsável pelas análises, através da realização de cursos individuais e corporativos em ATS; o estabelecimento de parcerias com diferentes Núcleos de Avaliação de Tecnologias em Saúde – NATS, para o apoio técnico especializado nas análises das submissões elegíveis à análise técnica; e **(7)** a organização e realização de reuniões mensais da Comissão de Atualização do Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde Suplementar (Cosaúde); organização e realização mensal dos eventos de participação social ampliada - Consultas Públicas e Audiências Públicas, com o objetivo de apresentar as tecnologias em análise e coletar contribuições da sociedade.

2.7 A essas iniciativas, soma-se a estratégia de participar ativamente dos foros nacionais e internacionais de ATS. Nesse sentido, além da participação mensal nas reuniões da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (CONITEC) e nas constantes reuniões e organização do congresso anual da Rede Brasileira de Avaliação de Tecnologias em Saúde (REBRATS), a ANS aderiu a duas redes internacionais de ATS, quais sejam: a Rede de Avaliação de Tecnologias em Saúde das Américas (RedETSA) e a Rede Internacional de Agências para Avaliação de Tecnologias em Saúde (International Network of Agencies for Health Technology Assessment - INAHTA).

2.8 Destaque-se que, nos eventos em pauta, serão tratados temas críticos para o processo de trabalho na ANS, em particular quanto a medicamentos e tratamentos de doenças órfãs, tecnologias inovadoras de altíssimo custo (como são as ATMP - Terapias Avançadas em Produtos Medicinais), monitoramento do horizonte tecnológico, entre outros.

2.9 Vale destacar, que a equipe técnica da ANS está alinhada com as práticas da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (CONITEC).

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 O cronograma proposto ocorrerá conforme calendário fornecido pela organização Avaliação de Tecnologias em Saúde Internacional - HTAi (SEI n.^{os} 31869888/31877113/31963915).

3.2 Quantitativo: 4 (quatro) vagas no congresso e 6 (vagas) nos Workshops pré-congresso.

3.3 Duração: 56 horas

3.4 Data prevista: início previsto para 13/06/2024.

3.5 Horário: 09h às 18h

3.6 Local onde será ministrado o treinamento: Buenos Aires, Argentina.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1 Não incidem critérios de sustentabilidade na presente contratação, pois os mesmos não se aplicam ao objeto em referência.

4.2 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3 Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

4.4 Não se aplicam as regras sobre transição contratual, por não se tratar de um serviço de natureza continuada.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

5.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 Início da execução do objeto: dia 13 de junho de 2025;

5.1.2 Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho: Programa atualizado (SEI n.^{os} 31869888/31877113/31963915).

5.2 Cronograma de realização dos serviços:

5.2.1 Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Centro de Convenções Sheraton Buenos Aires no Hotel Sheraton Buenos Aires, San Martin 1225/1275, Buenos Aires, Argentina 1104 (SEI nº 31869888)

5.2.2 Os serviços serão prestados por meio de aulas presenciais.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 Não se aplica ao objeto em tela tendo em vista que não haverá a celebração de instrumento contratual. Trata-se de ação de capacitação de curta duração, de execução imediata, e abaixo do limite da dispensa. O instrumento contratado será substituído pela Nota de Empenho.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1 A avaliação da execução do objeto considerará a programação e os critérios de aproveitamento estabelecidos pela instituição de ensino para a emissão do certificado de conclusão”.

7.2 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Empresa:

7.2.1 deixou de executar as atividades contratadas;

7.2.2 deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço.

7.2.3 Nas hipóteses de não realização das atividades contratadas, será realizada a retenção de 100% no valor contratado, exceto nos casos de apresentação de justificativa pertinente, aceita pela ANS, acompanhada de oferta para participação em outra turma da mesma capacitação.

DO RECEBIMENTO

7.3 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelo responsável pela contratação, mediante a apresentação de certificado de conclusão e avaliação de reação do participante, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, a, da Lei no 14.133, de 2021 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto no 11.246, de 2022).

7.4 O prazo da disposição acima será contado do recebimento do certificado de conclusão do participante contendo nome completo do participante, nome do treinamento, período de realização e carga horária total para aqueles que obtiverem aproveitamento mínimo exigido.

7.4.1 A Empresa fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.4.2 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei no 14133, de 2021). 7.4.3 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.5 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor responsável pela contratação, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço por meio da avaliação de reação realizada pelo participante.

7.5.1 O responsável pela contratação avaliará o cumprimento de obrigações assumidas pela empresa, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto no 11.246, de 2022).

7.5.2 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.5.2.1 A fatura deverá ser encaminhada à Coordenadoria de Carreira e Desenvolvimento - CCADE, situada na Avenida Augusto Severo, 84, 7º andar, Glória, Rio de Janeiro/RJ, contendo o detalhamento de todos os itens realizados, a saber: 1. Data e nome da ação de desenvolvimento de pessoas; 2. O total faturado, de acordo com a proposta inicial; 3. O registro das modificações que possam ter ocorrido entre o previsto na proposta inicial; 4. Enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor contratado, inclusive em relação a eventuais declarações para isenção tributária, seguindo modelos estabelecidos pela Receita Federal do Brasil.

7.6 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela empresa, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança. Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União Modelo de Serviços sem dedicação - Atualização: maio/2023 - Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.

7.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

LIQUIDAÇÃO

7.14 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.15 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.16 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.16.1 o prazo de validade;

7.16.2 a data da emissão;

7.16.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

7.16.4 o período respectivo de execução do contrato;

7.16.5 o valor a pagar; e

7.16.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.17 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante; (substituir contratado por empresa)

7.18 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.19 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.20 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.21 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.22 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.23 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

PRAZO DE PAGAMENTO

7.24 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.25 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

FORMA DE PAGAMENTO

7.26 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.27 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.28 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.28.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.29 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO

7.30 O pagamento será antecipado, pois é condição para o recebimento do serviço por se tratar de evento aberto realizado no exterior.

CESSÃO DE CRÉDITO

7.38 Não se aplica ao objeto em tela.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de inexigibilidade de licitação, com fundamento na hipótese do art. 74, inciso III, alínea f, da Lei n.º 14.133/2021.

EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

8.2 Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.4 Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.5 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.6 O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.7 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.8 É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.9 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.10 Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.11 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.12 Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.13 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.14 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.15 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.16 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.17 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.18 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.19 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.20 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.22 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.23 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os

créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.24 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.25 declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.26 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.27 Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.28 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.29 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.30 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 25.431,12

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O custo estimado total da contratação é de US\$ 4.446 ou R\$ 25.431,12 (vinte e cinco mil, quatrocentos e trinta e um reais e doze centavos). O valor previsto foi convertido no site do Banco Central, com a cotação de US\$ 1,00 = R\$ 5,72 em 06/05/2025.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

10.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Programa de Trabalho: 10128003245720001 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CARLA DOS SANTOS LARSEN SENRA ANTELO

AGENTE ADMINISTRATIVO



Assinou eletronicamente em 07/05/2025 às 09:26:26.

PATRICIA MARIA LOPES VIEIRA PEIXOTO

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 06/05/2025 às 17:25:37.